



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES
DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE
PASSO FUNDO- RS, PARA O TRABALHO
PEDAGÓGICO
- DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO ESCOLAR –**

Nilva Toazza

PASSO FUNDO, RS, Brasil

2010

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO
ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE PASSO
FUNDO-RS, PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO
- DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO ESCOLAR -**

por

Nilva Toazza

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**PASSO FUNDO, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO- RS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO – DA EXCLUSÃO A INCLUSÃO ESCOLAR –

elaborado por
Nilva Toazza

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Fabiane Romano de Souza Bridi
(Presidente/Orientador)

Sinara Pollom Zardo
(Parecerista)

Vantoir Roberto Brancher
(Parecerista)

PASSO FUNDO, RS, Brasil
2010

*Existe uma estória que foi construída
em torno da dor da diferença:
a criança que se sente não bem igual às outras,
por alguma marca no seu corpo, na maneira de ser...
Esta, eu bem sei, é estória para ser contada também para os pais.
Eles também sentem a dor dentro dos olhos.
Alguns dos diálogos foram tirados da vida real.
Ela lida com algo que dói muito: não é a diferença, em si mesma,
mas o ar de espanto que a criança percebe nos
olhos dos outros [...]
O medo dos olhos dos outros é sentimento universal.
Todos gostaríamos de olhos mansos...
A diferença não é resolvida de forma triunfante, como na
estória do Patinho Feio.
O que muda não é a diferença.
São os olhos...*

RUBEM ALVES, 1987

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO- RS, PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO

– DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO ESCOLAR -

AUTOR: Nilva Toazza

ORIENTADOR: Fabian Romano de Souza Bridi

PASSO FUNDO, RS

2010

O presente artigo monográfico discorre sobre as trajetórias pelas quais a Educação Especial tem percorrido na busca pela efetivação da inclusão de alunos deficientes em classes regulares de ensino. Partindo dos primeiros debates acerca da inclusão, dos movimentos então denominados “integração de portadores de necessidades educacionais especiais”, das mudanças ocorridas nestes movimentos e que resultaram no modelo atual de inclusão, no Brasil e particularmente no município de Passo Fundo. O caminho percorrido é enfocado do ponto de vista dos documentos legais, dos planos e políticas educacionais, e do histórico de exclusão destes alunos, inicialmente reclusos às instituições especializadas voltadas principalmente às questões de saúde e assistenciais, até a inclusão dos mesmos em classes comuns de ensino. Outro ponto citado é quanto a importância da necessidade de adaptações pedagógicas e físicas das escolas, e, finalizando, vislumbramos o (des)preparo e a formação continuada dos professores municipais que recebem estes alunos em suas salas de aula. O presente trabalho tem como objetivo compreender a relação entre o discurso de inclusão escolar e a formação de professores, promovida pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Passo Fundo/RS, individualmente ou, em parcerias com o Governo Federal. Para tanto, este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa do tipo quantitativo-descritiva e exploratória, articulando-se com a análise documental do projeto de trabalho da SME, e como instrumentos de dados as entrevistas realizadas com 14 docentes que trabalham em escolas municipais que possuem alunos deficientes incluídos em suas classes. Por meio da coleta e análise de dados constatou-se que muitos dos docentes não se sentem capacitados ou preparados para lidar com os alunos com deficiências, deixando evidências de que apesar dos meios utilizados pela instituição, as pessoas que foram de certa maneira “preparadas” para esta inclusão, não são necessariamente as mesmas que recebem os alunos, e isto deixou a desejar no que se refere a possibilidades de práticas de ensino que possam estimular posturas reflexivas de inclusão e o sentimento de conquista do conhecimento por parte dos professores envolvidos neste processo.

Palavras-chave: INCLUSÃO, ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	06
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....	09
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
3.1. Marcos Históricos e Legais.....	09
3.2. A educação especial e a realidade da inclusão no município de Passo Fundo.....	14
4. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES – PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE.....	21
4. CONCLUSÃO.....	25
5. REFERÊNCIAS.....	28

1. APRESENTAÇÃO

O processo de formação continuada dos professores de classes regulares de ensino da Rede Municipal de Passo Fundo (RS), e a busca por uma real inclusão dos alunos com deficiências nestas classes, nos remete à importância da presente pesquisa, que visa estudar a relação intrínseca entre a inclusão escolar e o processo de formação destes professores, apontando para as dificuldades que esta intenção traz consigo desde as primeiras tentativas de sua efetivação.

O desenvolvimento histórico da educação especial no contexto internacional e suas influências no âmbito nacional iniciaram-se com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), onde se erguia pela primeira vez, a bandeira dos pressupostos de que somos todos iguais e temos os mesmos direitos, assegurando às pessoas com deficiências os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e à livre participação na vida da comunidade. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Art. 1º).

Partindo-se da premissa de que cada sujeito é um ser único e merecedor de respeito em suas individualidades e diferenças, destaca-se a importância da formação dos mesmos não se dar de forma desigual, discriminatória e excludente e sim de forma inclusiva, possibilitando a este sujeito oportunidade de aprendizagem apesar suas limitações e potencialidades.

Pelos vinte anos de minha vida profissional, como professora municipal em Passo Fundo/RS, posso contar que convivi com as mais variadas formas de incluir alunos deficientes em salas comuns de ensino, desde os denominados “doentinhos”, que eram simplesmente “encostados” nas turmas, sem a menor chance de progredir, até casos como, por exemplo, de um aluno autista participando de uma turma de 6ª série, onde tive a possibilidade de ser professora. Esta foi sem dúvida a razão primordial da escolha de minha questão para o artigo que ora escrevo. Durante os dois anos em que pude conviver nesta escola, lembro, infelizmente com grande tristeza, que eram travadas as maiores batalhas no que se referia a “inclusão” deste aluno. Os professores, nas reuniões pedagógicas, justificavam sua recusa em recebê-lo apoiados na falta de formação, despreparo e na preocupação em como

iriam trabalhar com este aluno, apesar da presença de um monitor em sala de aula para ajudá-los. E ainda, questões como atividades diferenciadas, atendimento às individualidades e desenvolvimento das potencialidades levando em conta as limitações do aluno, eram aspectos que causavam tensões e contradições entre todos os envolvidos.

Além das tensões com os professores, muitos pais não aceitavam a presença de um aluno considerado “louco” estudando juntamente com seus filhos. Para muitos destes pais, o menino era assim definido. Acreditavam que a presença deste aluno estaria prejudicando a aprendizagem de seus filhos. Manifestavam medos e receios frente às reações que o menino poderia ter durante as aulas. Neste processo de inclusão permeado de muitas ações excludentes, o menino ficou na escola e demonstrou a todos ser um sujeito capaz e com possibilidades como seus colegas.

Frente a esta situação pode-se questionar: qual o papel do professor em sala de aula diante dos processos inclusivos? Como esse profissional da educação pode atender e atingir a cada aluno na sua especificidade? Como trabalhar com esta realidade se não foi preparado para atuar frente à heterogeneidade? Como construir uma educação inclusiva se não possui conhecimento sobre os princípios que embasam tal proposta? E a questão primordial da pesquisa: Qual a formação disponibilizada pelo município de Passo Fundo/RS a seus professores com o intuito de prepará-los para receber alunos deficientes em salas regulares de ensino?

A necessidade percebida então pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de dar algum tipo de alento, no que se referia às angústias destes professores, levou o município de Passo Fundo criar um Projeto de Formação Continuada que tem como meta a busca por uma escola inclusiva e de qualidade, formada por professores capazes, habilitados e preocupados com a inclusão escolar. Diante disso, sua primeira iniciativa foi aderir ao Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (2005), por meio de parceria com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/ME), tornando-se município-pólo deste programa.

O presente artigo pesquisou junto à Secretaria Municipal de Educação (SME), qual a proposta da instituição voltada para formação de professores, desenvolvida a partir do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, como forma de preparar os professores para dar atendimento educacional de qualidade, com garantia de acesso e permanência na escola e condições de aprendizagem

significativas a todos os alunos. Tal intencionalidade de pesquisa considera o número cada vez mais crescente de alunos deficientes matriculados na rede regular de ensino.

O capítulo um: **APRESENTAÇÃO** - Refere-se a introdução do trabalho, iniciando com a problematização da temática a ser desenvolvida, justificando a escolha. Discorre-se sobre qual o papel do professor diante dos processos inclusivos e de seu despreparo diante desta realidade.

No capítulo dois: **CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO** - Iremos discorrer sobre o Projeto de Formação do município de Passo Fundo, seus objetivos e metas, e também sobre o caminho e as ferramentas usadas na realização da pesquisa.

Em seguida, no capítulo três: **REFERENCIAL TEÓRICO** – Serão apresentados textos sobre alguns marcos históricos e legais da educação especial e a realidade da inclusão no município de Passo Fundo.

3.1. MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS - serão delineadas as trajetórias da Educação Especial e apontados alguns dos documentos legais em âmbito nacional e internacional que sustentam a proposta de educação inclusiva desenvolvida no município de Passo Fundo.

3.2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A REALIDADE DA INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO – Neste capítulo, serão apresentadas as diversas deficiências e suas peculiaridades. Os números reais da inclusão no ano de 2010 no município de Passo Fundo e uma análise detalhada das questões respondidas pelos professores entrevistados.

No capítulo quatro: **CONCLUSÃO** - Será apresentada uma conclusão sobre os comparativos das respostas dadas às questões e os entendimentos do por que da dificuldade na implementação da inclusão nas escolas municipais de Passo Fundo.

2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Uma análise do Projeto de Formação Continuada realizado pelo município de Passo Fundo/RS aos seus professores foi o que motivou este estudo, e a partir dele, entrevistar professores em escolas onde crianças com deficiências estão incluídas nas classes comuns, para verificar a participação destes nas formações e quais as contribuições que as mesmas lhes proporcionaram, enquanto professores de escolas inclusivas.

Foi realizada, para isso, uma pesquisa exploratória e descritiva. Primeiramente foram realizadas entrevistas com quatorze professores, que possuem alunos incluídos em suas salas de aula, de duas escolas municipais de Passo Fundo/RS, consideradas inclusivas, pelo grande número de alunos com deficiência que fazem parte das turmas regulares do ensino fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. Em seguida essas respostas foram classificadas, tabuladas, interpretadas e separadas por grupos de respostas as quais serviram como base para a análise final dos resultados da formação oferecida pelo município de Passo Fundo/RS a seus professores.

Os professores que fizeram parte desta pesquisa, através de sua participação no questionário, são professores efetivos da rede municipal de ensino de Passo Fundo/RS, graduados em alguma licenciatura e com pós-graduação em áreas afins, como serão discriminados mais adiante e, como item de maior relevância, possuem em suas salas de aula, alunos com as mais variadas deficiências incluídos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS

Quando estudamos as questões da inclusão com o propósito de atingir e analisar a dicotomia entre o atual discurso e a prática, no Brasil e no mundo, se faz necessário trilhar a historicidade do mesmo com intuito de substanciar uma análise

pautada de forma consciente e coerente com a realidade social e também de nos reportamos a marcos que defenderam esta bandeira desde o século XIX.

Os primeiros movimentos ocorreram no âmbito internacional, por volta de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que de maneira geral, assegurava às pessoas com deficiências os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida e na comunidade.

No Brasil, os primeiros passos em direção a inclusão foram solidificados através da Constituição Federal de 1988, que se preocupava com a garantia do pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer forma de discriminação, garantindo o direito à escola para todos.

No entanto, apesar das garantias já propostas por lei, o que ainda se via, eram os deficientes sendo tratados pelo Estado como meros receptores de ações isoladas, como se fossem seres sem capacitação para desenvolver os conhecimentos cognitivos.

A Lei, 7.853/89, veio então definir como crime, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. Instituiu que a pena para esta infração pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

Em 1990, passados 40 anos desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aconteceu então a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, conhecida como Declaração de Jomtien, que tinha como propósito, lembrar que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro, tendo como compromisso erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no Brasil. Esta Conferência não se referia somente a pessoas com deficiência propriamente dito, mas a população no geral, voltando-se também para as questões como alfabetização e analfabetismo.

Com a Declaração de Salamanca - Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em 1994, pela UNESCO, houve o comprometimento do Brasil com o alcance dos objetivos nela propostos, que visavam à transformação dos Sistemas de Educação em Sistemas Educacionais Inclusivos.

Surge então no Brasil, em 1994 a Política Nacional de Educação Especial, que permite aos alunos com deficiências, capazes de desenvolver as atividades

consideradas do ensino comum, freqüentar e acompanhar os demais na mesma sala de aula, orientando o processo de “integração instrucional”.

Seguindo nesta mesma vertente, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, definiu como responsabilidade dos municípios formalizarem a decisão política e desenvolver os passos necessários para implementar, em sua realidade sócio-geográfica, a educação inclusiva, no âmbito dos diferentes níveis de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define no artigo 58, a Educação Especial como modalidade de Educação escolar, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino para os educandos com necessidades especiais (MEC, 2007. p. 06-07).

Com a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, de 1999, o Decreto nº 3.298, estabelece a matrícula compulsória de pessoas com deficiências em cursos regulares, a consideração da Educação Especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e modalidades de ensino e a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, dentre outras medidas, trouxeram grandes avanços no que se referia à inclusão de alunos deficientes em classes regulares de ensino.

A Declaração da Guatemala que aconteceu em 2001 – Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiências – foi um dos maiores movimentos em favor da inclusão, pois defendia que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais das outras pessoas e estes direitos, inclusive o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade, que são inerentes a todo o ser humano.

A questão da oferta do ensino foi definida no Plano Nacional de Educação em sua Lei nº 10.172/2001, pois esta estabelece que os Estados e Municípios, deverão oferecer o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. Porém, com esta determinação, surgiu um novo problema, uma grande deficiência no que se refere ao corpo docente, pois este não teve formação para poder realizar este

atendimento, outra questão bastante pertinente são as estruturas físicas de acessibilidade, que apesar do amparo legal, ainda continuava apenas no papel.

A Resolução do CNE/CEB nº2 de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, representou um grande avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco da atenção à diversidade, na educação brasileira, quando ratifica a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos e assim declara:

Os Sistemas de Ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

No que se refere a formação de professores para a educação básica, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, estabeleceu com base nos pressupostos da Educação Inclusiva, que as instituições formadoras desses profissionais, devem contemplar no seu currículo, disciplinas que tratem da diversidade dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Apesar desta Resolução, o que se encontra ainda, são profissionais saindo das instituições de ensino, sem a formação realmente necessária para trabalhar com esta nova demanda que se apresenta. Além disso, os professores já formados anteriormente, que não tiveram a formação e a capacitação sobre como trabalhar com estes alunos incluídos em salas de aula regulares.

Outra lei que também surgiu na perspectiva de regulamentar a inclusão da diversidade prevê a inserção da Língua Brasileira de Sinais – Libras no currículo dos cursos de formação de professores

Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e parte integrante do currículo. (MEC, 2007. p.07).

Em 2003, a SEESP/MEC – Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, sentindo a real necessidade de formação de professores para construir uma inclusão escolar, implantou o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, para que houvesse efetivamente uma mudança e uma transformação nos sistemas educacionais inclusivos, ao qual o município de Passo Fundo/RS engajou-se em 2004, e passou a ser um município-pólo desta formação. A partir desta decisão, em 2005, o município passou a sediar cursos de formação voltados à inclusão, para professores de Passo Fundo/RS e dos municípios da região que se constituem em municípios de abrangência. Estas ações de formação foram subsidiadas pelo Governo Federal.

Em 2008, o Decreto 6.571/08, reestrutura a educação especial e consolida diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação inclusiva, destinando recursos do Fundo da Educação Básica (Fundeb) ao atendimento de necessidades específicas do segmento. O objetivo é dar apoio complementar à formação de alunos com deficiência.

Resolução nº 4/09 estabelece os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), cujos recursos financeiros se destinam a beneficiar as escolas em todos os âmbitos de atuação.

A inclusão, que passa a ser discutida cada vez mais por todos os órgãos e instituições educacionais, começa a tomar rumos que foram previstos legalmente através das Resoluções, Decretos e Leis, anteriormente citados.

No município de Passo Fundo/RS, temos algumas Resoluções e Pareceres do Conselho Municipal de Educação, tais como, a Resolução nº 6 de 2006 que fixa normas para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino, e o Parecer nº 14 de 2009 que regulamenta questões mais práticas no âmbito das escolas no que se refere à inclusão, como a implementação do Atendimento Educacional Especializado e o professor itinerante nas escolas municipais. Ambas ações estão baseadas na Constituição Federal, nas Leis e nas Resoluções do Ministério da Educação, com o propósito de regulamentar o acesso, a permanência e principalmente o sucesso da aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas salas regulares de ensino no município de Passo Fundo/RS.

3.2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A REALIDADE DA INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO/RS

Uma das ações para o entendimento do processo da inclusão de alunos deficientes em classes regulares de ensino perpassa pelo entendimento das características individuais que cada deficiência possui. Nessa perspectiva, um estudo das deficiências e suas peculiaridades se fazem necessário para que o professor, ao receber este aluno, já tenha algum conhecimento sobre esta realidade.

Desta forma, a Secretaria Municipal de Educação (SME) em consonância com as orientações do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, ao organizar os Seminários de Formação de Professores contemplou temas referentes às diferentes deficiências, suas características, recursos e estratégias para trabalhar com cada uma delas no contexto escolar.

Seguindo orientações do Ministério de Educação, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), consideram-se alunos com deficiência:

Aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras e alunos com altas habilidades/superdotação, que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Estes parâmetros nos levam a considerar de forma mais profunda que estas deficiências, se em interação com outras, podem obstruir a participação plena e efetiva deste indivíduo na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A realidade da inclusão escolar de alunos com deficiência em classes regulares de ensino, no município de Passo Fundo, segundo dados do Núcleo de

Educação especial – SME/PF, no ano de 2010, aponta para números bastante expressivos. Atualmente se tem um total de 145 alunos incluídos em classes comuns de ensino, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, com as mais diversas deficiências. O total de alunos incluídos está distribuído da seguinte forma:

DEFICIÊNCIAS	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL
Intelectual	05	93
Física	03	06
Visual	02	19
Auditiva	01	03
TGD	01	10
Altas Habilidades/ Superdotação	-	02
TOTAL DE ALUNOS INCLUÍDOS	12	135

Fonte: Núcleo de Educação Especial – Secretaria Municipal de Educação do município de Passo Fundo/RS/BRASIL.

Estes alunos vêm sendo incluídos, de forma mais efetiva e sistemática, nos últimos cinco anos. Período em que se iniciou também o processo de formação continuada de professores do Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Desta forma, é possível observar este número já bastante avançado, de crianças incluídas.

Para a contextualização desta pesquisa, foi realizada a análise sobre as atividades que fazem parte do Projeto de Formação Continuada da SME e qual seu público-alvo. Posterior a isso, foi realizada uma pesquisa através de questionário de perguntas e respostas, pertinentes ao tema da Formação Continuada voltada à Inclusão, com 14 professores do ensino fundamental, tanto dos anos iniciais quanto dos anos finais, da Rede Municipal de Ensino, que na grande maioria têm em suas salas de aula, alunos deficientes incluídos, conforme modelo abaixo:

- 1) Nome:
Formação:

- 2) Há quanto tempo trabalha e qual sua função no município de Passo Fundo/RS?

- 3) “Inclusão de alunos deficientes em classes regulares de ensino”. Como professor de sala de aula regular, qual sua visão em relação a esta frase?

- 4) Em sua sala de aula existem alunos deficientes incluídos? Quais as deficiências?

- 5) Em poucas palavras poderia relatar qual sua maior preocupação ao deparar-se com esta nova realidade fazendo parte do dia-a-dia da escola?

- 6) Diante dos pressupostos de que a formação se deu de forma inversa à inclusão, acontecendo somente após o aluno já estar incluído e fazendo parte do contexto escolar. Como você interpreta esta situação?

- 7) Como professor do município de Passo Fundo/RS, você deve saber que o mesmo proporcionou desde 2005, cursos de Formação Continuada, voltada a inclusão. Já teve possibilidade de participar de algum? Se participou, foi antes ou depois de receber estes alunos em sua sala de aula?

A partir das respostas dadas pelos professores, foi realizada uma comparação dentre elas, na tentativa de chegar a um denominador comum, fazendo um comparativo entre as respostas de todos os participantes.

A primeira questão refere-se à formação dos professores, quantidade de professores por formação, a sua área de atuação e tempo de trabalho com alunos. Pode-se verificar pela tabela abaixo os dados pertinentes a esta questão:

FORMAÇÃO INICIAL	QUANT.	PÓS-GRADUAÇÃO	QUANT.
Artes Plásticas	01	Arte Educação Educação Especial	01
Educação Física	03	–	–
História	01	Supervisão	01
Letras	04	Alfabetização	
Matemática	01	Gestão Escolar ênfase em Educação Especial	01
Pedagogia Séries Iniciais	04	Pedagogia Gestora Educação Especial Gestão, Supervisão e Orientação	

TEMPO DE ATUAÇÃO	
Menos de 05 anos	01
Menos de 10 anos	04
Com 15 anos	01
Menos de 20 anos	05
Mais de 20 anos	03

Seguindo o questionamento, os professores deveriam dar sua opinião sobre a frase “Inclusão de alunos deficientes em classes regulares de ensino”. As colocações dos professores quanto a esta questão serão transcritas abaixo, conforme suas respostas:

- “Na minha concepção não inclui e sim exclui, porque este aluno “especial” não recebe o acompanhamento necessário do professor.”
- “Como professora de sala de aula regular não me sinto preparada para dar atenção apropriada, adequada, que a criança necessita no momento, vou excluir mais do que incluir ao grupo.”

- “A inclusão é um termo bastante complexo, não em seu aspecto teórico, mas no que tange à sua “práxis”. A inclusão veio para a realidade do professor através de leis, pouco se conhece na verdade sobre deficiências na rede municipal de ensino de Passo Fundo. Além da falta de conhecimento sobre o assunto, há também o preconceito. Quanto a esta questão, infelizmente nada se faz, pois a exclusão velada ainda é feita com os alunos e até mesmo com as pessoas que não se enquadram nos moldes pré-estabelecidos.”
- “Penso que é algo possível, porém vejo que em alguns casos, considerados os laudos ou o tipo de deficiência, por suas particularidades, se torna algo difícil e penoso aos profissionais da educação.”
- “Que a teoria é muito bonita, tudo pode, tudo é possível, porém na prática é bem difícil, por mais que o professor se esforce, as vezes não é possível fazer um bom trabalho e a inclusão acaba não acontecendo, dependendo da deficiência acho quase impossível, o professor tem que estudar muito para atender a diversidade da sala de aula.”
- “Embora concorde com a inclusão social dos portadores de necessidades especiais, penso que em classes regulares (escolas comuns), é um erro, pois os professores não têm capacitação profissional para tal.”
- “A frase é desafiadora e preocupante.”
- “Respondo por mim, não posso rejeitar essa medida, porém sei que não estou preparada para trabalhar com estes alunos, não correspondo às necessidades deles”
- “Creio que eles realmente têm este direito, porém, nós, os professores, devemos ser melhores preparados para trabalhar de forma à realmente incluí-los.”
- “Esta frase é muito bonita, mas na prática não é bem assim, a infra-estrutura das escolas, os professores e os alunos, não estão preparados, incluem-se alguns, excluem-se muitos.”
- “Acredito que é de grande valia para os alunos deficiente que estejam incluídos juntamente com seus pares de sua idade, mas que paralelo à isso, possam freqüentar Salas de Recursos Multifuncionais.”

- “Acredito que a inclusão seja um novo horizonte para os deficientes, porém sem formação aos professores, esta realidade vai ficando sem futuro, pois o professor não tem capacidade para tratar esta nova realidade escolar.”
- “Respondo por mim. Não sei dar aulas, passar conhecimento para crianças com dificuldades psicológicas ou certas deficiências físicas. Não estou preparada.”
- “Acho muito importante a inclusão, pois todos têm o direito ao ensino, mesmo tendo limitações.”

Pela análise das respostas, pude perceber que das quatorze professoras entrevistadas, doze delas possuem alunos deficientes incluídos em suas salas de aula, apresentando as seguintes deficiências: intelectual, mental, visão, física e autismo, e alguns, apesar da falta do diagnóstico, (pois a instituição responsável por realizá-los no município, não consegue atender a demanda), pelo seu modelo comportamental, deverão também vir a fazer parte desta estatística em breve.

Quando questionadas sobre sua maior preocupação ao receber alunos deficientes, as professoras foram categóricas em afirmar, sentirem-se despreparadas e, devido a isso acreditam que estes alunos não recebem o atendimento adequado e o restante da sala também é prejudicado. Alegam que se o professor não consegue dar conta do trabalho, automaticamente, não inclui. Outro aspecto referendado foi o preconceito que estas crianças sofrem por parte dos colegas e da comunidade escolar. Neste sentido, foi citado, também que apesar da Secretaria Municipal de Educação, promover cursos de formação voltados à inclusão, ainda sentem-se despreparados, pois normalmente estes cursos não são disponibilizados a todos os professores e sim aos gestores das escolas e, que devido à isso, ainda sentem falta de apoio por parte da mantenedora, que orienta a incluir, porém não dá respaldo, com sua presença e orientação sobre os caminhos mais eficientes a seguir, nos debates e em alguns casos nos embates, que ocorrem nas escolas, tanto com pais, como com os próprios professores que tem dificuldade de aceitar o que está estipulado em lei.

Acreditam que a Secretaria Municipal de Educação – SME, deveria se fazer mais presente nas escolas que possuem alunos com deficiência incluídos em classes comuns, apoiando e orientando sobre o processo em si, e as melhores formas de tratar das situações e problemas que possam surgir no decorrer da

implantação do mesmo, pois pelo fato de tratar-se de algo novo, os professores têm dificuldades e receios quanto à atitudes a serem tomadas em determinadas ocasiões que surgem ao longo do ano letivo.

A realidade da formação que aconteceu em ordem inversa à inclusão, pois os alunos deficientes já estavam sendo incluídos nas escolas e apenas uns poucos professores haviam recebido algum tipo de formação, pois esta somente passou a acontecer a partir de 1995, após o município ser instituído como pólo de formação, também foi um ponto que salientou novamente o despreparo do professor, sendo citado inclusive que se tem a impressão que esta lei sobre a inclusão veio para atender a interesses internacionais, pois se houvesse o real intenção de preparar os professores, a formação deveria ter sido realizada anteriormente, orientando os professores quanto as leis, as deficiências que iriam encontrar pela frente e dentro do possível, sobre formas de proceder diante de cada uma delas.

Foi relatado pelos entrevistados, que eles tem conhecimento de que não existem receitas prontas para serem repassadas aos mesmos de como tratar desta nova demanda de alunos, porém, sentem que se tivessem tido alguma formação, principalmente sobre os tipos de deficiências, antes de começarem a receber estes alunos, iriam sentir-se mais confiantes e menos despreparados para o atendimento destes educandos, pois, estes alunos, sem dúvida, necessitam de um atendimento de qualidade para que possam desenvolver de integral suas potencialidades.

A última questão indagava sobre se os professores destas escolas ditas “inclusivas” haviam recebido algum tipo de formação anterior ou posterior ao recebimento dos alunos deficientes. As constatações foram as seguintes: dentre as quatorze pessoas que responderam ao questionário, cinco delas, nunca participaram de nenhum tipo de formação promovida pela Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo, nem ao menos foram informadas pelos responsáveis em suas escolas, que estas formações iriam acontecer. A pesquisa nos revelou que apenas duas professoras participaram das formações promovidas pela SME antes de receberem os alunos em suas salas de aula, para as restantes, esta formação somente aconteceu depois de os alunos já estarem incluídos e, que apesar de algumas terem participado no mesmo ano do ingresso dos alunos, acharam que foi muito pouco e, que as pessoas que realizaram as formações, são, conforme colocação de uma das entrevistadas “de gabinete”, referindo-se a profissionais que

trabalham apenas com a teoria, sem ter eles mesmos posto em prática as mesmas, estando então, muito aquém da realidade das escolas.

É claro que se tem consciência de que não existem fórmulas prontas e eficientes de atividades para se realizar com os alunos com deficiência, porém essa pouca formação dos professores que recebem estes alunos é sem dúvida o maior empecilho para que a inclusão se dê de forma integral e plena. Pois somente quando se sabe o que está fazendo é que se pode realizar um trabalho de qualidade. Enquanto não se tem o conhecimento sobre como tratar esta nova demanda de alunos que estão em nossas escolas, fazendo parte de nossa realidade, nem professores poderão considerar que estão realizando seu trabalho de forma plena e, nem alunos poderão sentir-se totalmente incluídos e fazendo parte de uma escola de maneira integral.

4. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES – PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE

Sabemos que a formação continuada, é um compromisso dos Sistemas de Ensino das Secretarias Municipais de Educação, que almejam uma escola e uma educação de qualidade, com professores compromissados em formar cidadãos, e não apenas meros espectadores nas salas de aula. Para tanto, e, pensando em atender de forma integral essa necessidade de formação de professores para atuarem nas escolas inclusivas, a Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo/RS – SME, além de engajar-se nos projetos do Ministério da Educação em 2004, no ano de 2007 preparou um Projeto de Formação Continuada, embasado nas diretrizes do MEC do Programa da Educação Inclusiva – Direito à Diversidade, voltado à formação de professores para trabalhar a inclusão, e este projeto, juntamente com as diretrizes é que serviram de base para nossa pesquisa junto à SME.

A necessidade de Formação Continuada para professores de classes regulares de ensino, não significa mais algo realizado por bel prazer e sim pela necessidade cada vez mais crescente de aprimoramento destes professores para

trabalhar com alunos da educação especial¹ em suas salas de aula. Estamos diante de uma nova realidade que se apresenta de forma concreta, já estabelecida, onde estes alunos fazem parte das escolas, que por esta razão estão sendo forçadas a tornarem-se inclusivas.

Na LDB 9.394/96, são previstos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (art.58, inciso III). O número cada vez mais crescente de alunos da educação especial, matriculados em escolas comuns, sem dúvida demanda investimentos para que este ingresso e permanência se efetivem de forma integral.

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura na ação educativa o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (XAVIER, 2002, p.19)

O Programa de Educação Inclusiva – Direito à Diversidade, do MEC, teve início no ano de 2003, com o I Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores, que aconteceu em Brasília/DF. Tal ação envolveu alguns Estados, o Distrito Federal e 106 municípios que se tornaram municípios-pólo deste programa. Os municípios-pólos tornaram-se disseminadores da política de educação inclusiva e responsáveis pela formação continuada de professores proposta pelo Governo Federal.

A partir de 2004 os municípios firmaram sua adesão ao Programa de Educação Inclusiva e começaram a receber apoio financeiro da SEESP/MEC para realizar a multiplicação da formação recebida em Brasília para os municípios de sua área de abrangência.

Passo Fundo aderiu ao Programa de Educação Inclusiva, se tornando um dos municípios-pólos e passando a ter as seguintes competências: a) implantar ações para a consecução dos objetivos do Programa no seu município; b) elaborar e apresentar ao MEC/SEESP o plano de trabalho para o desenvolvimento do Curso de

¹ Entende-se como alunos da educação especial o contingente de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação definidos como o público alvo da educação especial conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Formação Continuada de Gestores e Educadores; c) realizar a multiplicação da formação do Programa, junto aos municípios de sua área de abrangência; d) encaminhar ao MEC/SEESP o Relatório Final, contemplando os dados da execução e a avaliação dos resultados do curso.

A proposta da Secretaria Municipal de Educação para a Formação Continuada de Professores, já acontecia no município de Passo Fundo/RS há alguns anos, porém atendendo as diversas áreas de aprendizagem, não especificamente voltadas à inclusão. A formação voltada para a inclusão escolar propriamente dita foi iniciada em 2005, através do programa acima referendado. Esta formação teve como parâmetros para sua continuidade os conhecimentos já construídos até então e, integrados às novas propostas previstas nas orientações de formação fornecidas pela SEESP/MEC. Esta formação deu-se de forma a englobar todos os aspectos que se julgaram necessários para que o professor ao final dela pudesse sentir-se melhor preparado para realização de seu trabalho de receber alunos da educação especial, em sala de aula.

Já embasada nas diretrizes do Programa Nacional de Formação de Gestores e educadores do Programa de educação Inclusiva: Direito à Diversidade do MEC/SEESP, a Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo/RS, passou a proporcionar a formação dos professores municipais e dos docentes dos municípios de sua área de abrangência. Os temas discutidos nos de 2005 a 2010, foram os seguintes:

Em 2005, a temática foi a Formação Docente, a partir das áreas específicas da educação especial.

Durante as formações no ano de 2006, as discussões se deram em torno da coleção Saberes e Práticas da Inclusão na Educação Infantil e do Ensino Fundamental, enviados pelo MEC.

No ano de 2007, Seminário de Formação de Gestores e Educadores do Programa da educação Inclusiva Direito à Diversidade, SME/MEC, os eixos temáticos desenvolvidos foram: Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais: Fundamentos e princípios da educação inclusiva; Escola e Família: um compromisso comum em educação; Orientações e marcos legais para a inclusão; Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, TGD e Altas habilidades/Superdotação; e Tecnologia Assistiva no processo educacional.

Em 2008, ainda dando continuidade ao Programa de formação inclusiva MEC/SEESP, durante o Seminário de Educação Inclusiva, os debates se deram acerca dos seguintes temas: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva; Direitos das pessoas com deficiência: marcos legais; O ensino comum na perspectiva da educação inclusiva, Atendimento educacional especializado – Deficiência mental, Deficiência visual, Surdez, Autismo e Altas habilidades/Superdotação.

No ano de 2009, em decorrência da Gripe H1N1, o Seminário de Formação foi cancelado, sendo este realizado no mês de maio de 2010, com o enfoque para os seguintes eixos temáticos: Gestão e Inclusão escolar; Formação de Professores e Inclusão Escolar e Práticas Pedagógicas Inclusivas.

Os temas abordados em todos os Seminários formam desenvolvidos através de palestras, com profissionais da área em cada um dos temas abordados. Tais ações de formação foram muito importantes como meio de orientar os gestores e professores para esta nova realidade que estava se apresentando em nossas escolas.

A proposta de professores multiplicadores do Programa Educação Inclusiva implica em uma restrição do número de participantes de cada município ou escola em que trabalham. Desta forma, são escolhidos representantes de cada município para participarem do curso e que tem a função de multiplicar os conhecimentos construídos nesta formação nas suas redes de ensino e escolas de atuação.

A metodologia comum a todos os Seminários foi a de receber todos os professores municipais ou representantes dos municípios da área de abrangência, possibilitando a estes a participação em palestras, debates e oficinas, onde foram discutidos os temas referentes à inclusão escolar.

Cabe a estes professores disseminar os conhecimentos construídos nos seus municípios e escolas de origem, bem como, articular estes conhecimentos com a prática pedagógica e o cotidiano escolar, num processo de ação-reflexão-ação. Desta forma, põe-se em destaque a necessidade de valorizar tanto a ação docente quanto o conhecimento acadêmico, a fim de articular teoria e prática na formação e na construção do conhecimento profissional.

6. CONCLUSÃO

No contexto atual, de uma escola dita inclusiva, onde a diversidade é a nova ordem, a questão da formação dos professores para esta realidade, no município de Passo Fundo/RS, tem procurado mudar este panorama que há muito se instalou em nossas escolas, de professores assustados e principalmente despreparados e, concomitante a isso, tentando construir uma nova história na educação que permeie por caminhos voltados à inclusão de alunos especiais em classes regulares de ensino. Nesta perspectiva, vêm à tona, as deficiências que perpassam pela formação docente desde as universidades e que até então, eram perpetuadas no decorrer de sua trajetória como educador.

Na mesma medida em que os alunos deficientes chegam à escola, se intensificam os projetos de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação, que visam sanar problemas e dificuldades encontradas ao trabalhar com este público, pois não é possível se pensar em educação de qualidade somente pela prática do dia-a-dia, é preciso construí-la a partir desta prática, porém com embasamento teórico que justifique as mudanças propostas visando uma educação de qualidade. Faz-se necessária uma formação de qualidade, que prime pelo bom atendimento destes alunos, por uma inclusão real e, que realmente inclua estes alunos com suas deficiências e limitações.

Este trabalho se propôs a analisar a formação continuada de professores voltada a educação inclusiva no município de Passo Fundo/RS. A análise do Projeto de Formação Continuada, proposto pela Secretaria Municipal de Educação – SME é embasado nas normas e diretrizes da SEESP/MEC e, portanto, muito bem estruturado no que se refere às propostas.

Alguns dos objetivos da SME, ao implantar o Projeto de Formação Continuada, foram atingidos, na medida em que se propiciou a formação de professores representantes de vários municípios pertencentes a área de abrangência.

Porém, apesar dos esforços implementados pela SME, a realidade desta formação no município de Passo Fundo/RS, infelizmente, pelo que se pode observar junto aos professores, pela análise da pesquisa realizada, é a pouca devido ao reduzido número de professores (apenas dois participantes por escola, a cada

seminário realizado anualmente). Apesar de a SME ter proporcionado os Seminários com esta finalidade, estes aconteceram de certa forma mais dirigidos a gestores, que pela função exercida, conseguiam afastar-se da escola sem prejudicar o andamento da mesma mais facilmente que o professor responsável por alguma turma, deixando este que realmente trabalha com o aluno incluído fora desta formação.

Diante desta constatação, o que se pode concluir é que apesar de estarem acontecendo anualmente os momentos de formação aos professores municipais de Passo Fundo/RS, pouco se caminhou em direção a formação voltada à inclusão em termos de conhecimento. Temos hoje, Leis, Resoluções e Decretos que amparam o acesso e a permanência do aluno com deficiência em classes regulares de ensino, temos escolas que se denominam inclusivas e tragicamente, ainda temos professores despreparados, sem condições de receber esta nova demanda de alunos que chegam diariamente em nossas escolas.

A formação aconteceu e acontece em nosso município, temos um excelente projeto para isso, porém, quando analiso as respostas de minha pesquisa surge o questionamento sobre qual a razão para estes números tão abaixo do que necessitamos em nossa realidade.

Acredito, por esta análise, que o maior entrave esteja acontecendo devido ao fato de que a multiplicação das informações prevista pelo MEC/SEESP e SME que deveria acontecer nas escolas após o retorno dos participantes dos seminários, não esteja sendo realizada, acarretando, com isso, prejuízo no que se refere à formação dos outros membros da escola que também estão envolvidos no processo da inclusão.

Os participantes dos seminários de formação, do município de Passo Fundo/RS que anteriormente, como já citado, eram os gestores das escolas, hoje pela necessidade de estruturação do Atendimento Educacional Especializado, são os professores responsáveis pelas Salas de Recursos Multifuncionais os contemplados, ficando, o professor da sala de aula, preterido, mais uma vez. Provavelmente, o que acontece é que não estejam tendo um momento de explanação de sua aprendizagem, ficando assim, com o conhecimento adquirido apenas para eles próprios, o que não deveria acontecer.

A consciência de que todos têm o direito à formação, sem distinção por função ou necessidade, requer uma mudança urgente na maneira como as estas

estão acontecendo, selecionando alguns poucos, e também no retorno que estes participantes deverão dar ao fazerem estas formações. Pois, enquanto a formação se der apenas para alguns, e não houver multiplicadores do conhecimento adquirido, os alunos continuarão a ser recebidos por professores despreparados e sem propostas de trabalhos que viabilizem sua permanência nas escolas. Penso que, se em outros momentos, como a participação da Jornada Nacional de Literatura, evento que ocorre a cada dois anos em nossa cidade, os professores tem seus pontos liberados por suas mantenedoras para participar, porque, nestes seminários de formação para a diversidade, onde são tratados temas tão relevantes à educação inclusiva, que hoje faz parte de nosso contexto escolar, ainda não temos as mesmas condições de participação.

Nesta perspectiva, penso que para sermos realmente um Sistema Inclusivo, como nos denominamos, precisamos mudar esta forma de pensar a formação de nossos professores, primeiramente, permitindo que todos possam participar de forma integral, discutindo com pessoas capacitadas sobre esta nova realidade que se apresenta, sobre as mais variadas possibilidades de incluir alunos deficientes em salas de aula regulares.

Não é o Projeto da Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo/RS que está sendo ineficaz na formação dos professores e sim a forma como o mesmo está sendo proporcionado. Enquanto permanecer a cultura da quantidade (onde o professor não pode afastar-se da escola para fazer uma formação pois o alunos não pode “perder” seus duzentos dias de aulas) e não da qualidade na educação, existirão ótimos projetos sendo mal aproveitados e conseqüentemente, escolas e professores, sem o suporte necessário para trabalharem e atenderem de forma integral os alunos incluídos. É necessário mudar o foco das deficiências para as potencialidades de cada aluno, buscando desenvolver suas habilidades e competências, pois somente assim é que estaremos realizando de fato a inclusão tão propagada e finalmente buscar novos caminhos pedagógicos para esta inclusão.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, R. *Como nasceu a alegria*. São Paulo: Editora Paulinas, 1987.

BRASIL, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. *Lei 7.853*, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL, *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem*.

UNESCO, Jontiem/Tailândia, 1990.

BRASIL, *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política de Educação Especial*. Brasília. MEC/SEESP, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei nº 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL, *Decreto nº 3.956*, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiências. Guatemala: 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá suas providências.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 1/2002*.

BRASIL, MEC/SEESP. *Implantação do Programa Educação Inclusiva Direito à Diversidade*. Brasília, 2003.

BRASIL, MEC/SEESP. Decreto 6.571/08, de 1º de outubro de 2008. Reestrutura a educação especial e consolida diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação inclusiva, destinando recursos do Fundo da Educação Básica (Fundeb) para a educação especial.

BRASIL, MEC/SEESP. Resolução 04/09, de 17 de março de 2009. Dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

BRASIL, Conselho Municipal de Educação. Resolução nº 6, de 14 de setembro de 2006. Fixa Normas para a educação Especial no Sistema Municipal de Ensino. Passo Fundo, 2006.

BRASIL, Conselho Municipal de Educação. *Parecer nº 14, de outubro de 2009*. Regulamenta o atendimento na modalidade Educação Especial, Atendimento educacional Especializado e itinerante nas Escolas Municipais. Passo Fundo, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: pontos e contrapontos* / Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006 – (pontos e contrapontos).

_____. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* / Maria Teresa Eglér Mantoan. – 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006. (Cotidiano Escolar: ação decente).

MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: contextos sociais* / Peter Mittler; trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. *Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva*. In: Revista Integração, ano 14, nº 24. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação especial, 2002.